

Esta é a nossa luta

Inspiração e empoderamento

A FETAEP desenvolveu esta cartilha com o objetivo de apresentar os importantes resultados da participação das mulheres na ação sindical, criando, adequando e melhorando políticas públicas específicas para mulheres, de forma que pu-

dessem atender às necessidades das famílias e à inclusão da mulher na produção de alimentos e na gestão das propriedades familiares.

Sempre tivemos o compromisso de fazer essa discussão dentro de casa, na ação sindical, na Federação, nos sindicatos, sem esquecer da organização e do cuidado com a produção de alimentos, com o desenvolvimento da produção orgânica e agroecológica, a organização em associações e cooperativas, além da forma como os produtos chegam ao mercado, carregando as características de qualidade e tradição da agricultura familiar. Esperamos que vocês gostem da leitura e que as histórias inspirem outras mulheres e jovens a desenvolverem seus projetos, a se espelharem no que essas mulheres e lideranças do nosso movimento sindical já fazem com sucesso. Boa leitura!

Marcos Brambilla, presidente da FETAEP

É com muito orgulho que trazemos, nesta cartilha de mulheres realizada pela FETAEP, em parceria com o SENAR Paraná, a história de mulheres rurais, que transformaram suas realidades, acessando políticas públicas, inovando e buscando direitos conquistados por meio das lutas do sistema CONTAG - Confede-

ração, Federação e Sindicatos de Trabalhadores e Agricultores Familiares, ao longo dos seus mais de 60 anos em defesa de mulheres homens jovens e pessoas de terceira idade do campo. Apesar da nossa importância para a produção e da nossa contribuição para o crescimento do país, ainda nos dias de hoje esse trabalho é invisibilizado. Nossos direitos foram conquistados em décadas de luta em defesa da saúde pública, da educação de qualidade, da segurança e da previdência. Nosso desafio imediato é construir uma grandiosa Marcha das Margaridas para fortalecer, implementar e garantir esses direitos não só para as mulheres rurais, mas a todas que enfrentam uma sociedade injusta e desigual. Boa leitura e esperamos que os exemplos dessas mulheres sirvam de inspiração.



Ivone Francisca de Souza, secretária de Mulheres da FETAEP

Expediente

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Paraná (FETAEP)

Diretoria executiva: Marcos Junior Brambilla (presidente), Ivone Francisca de Souza (1ª vice-presidente e secretária de Mulheres e Políticas Sociais), José Amauri Denck (secretário de Finanças, Administração e Formação) e Alexandre Leal dos Santos (secretário-geral e secretário de Juventude, Política Agrária e Meio Ambiente).

Organização: Maristânia Szulak Ize (assessora da secretaria de Mulheres e Políticas Sociais), Vilênia Venâncio Porto Aguiar (assessora da CONTAG) e Larissa Jedyn (jornalista).

Projeto gráfico: Pixsul Studio. Impressão: Gráfica Graciosa. Tiragem: 10 mil. Ano: 2023.

FETAEP – Rua Piquiri, 890, Rebouças, Curitiba/PR, CEP 80230-140, (41) 3149-9200 / (41) 3322-8711 – www.fetaep.org.br – fetaep@fetaep.org.br

A história das mulheres no MSTTR

NA **LINHA DO TEMPO**, LUTAS POR DIREITOS BÁSICOS E POR REPRESENTATIVIDADE NO CAMPO As mulheres agricultoras familiares reafirmam seu modo de vida e somam força na construção de um Brasil soberano, agroecológico, democrático, justo, igualitário e livre de violência. Responsáveis pela produção de alimentos saudáveis, pela comida de verdade que alimenta as suas famílias e comunidades, e garante a segurança alimentar, essas mulheres alimentam a luta para garantir a sustentabilidade da vida. O caminho nunca foi fácil, mas as mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais se posicionam, lutam e vêm conquistando espaço e representatividade na sociedade.

Os desafios atuais enfrentados pelo MSTTR é garantir a democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres, implementando, por exemplo, a paridade entre homens e mulheres nos cargos

de direção das instâncias sindicais. Mas essa briga já foi por direitos ainda mais básicos. A começar pela atuação da trabalhadora rural alagoana Margarida Alves, uma das primeiras mulheres a exercer um cargo na direção sindical do país, que esteve à frente na luta pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais, como carteira de trabalho assinada, 13º salário, jornada

de trabalho de oito horas, férias, além de defender o fim do trabalho infantil. Margarida foi assassinada em 1983 e acabou inspirando outras mulheres a engrossarem o movimento. Na linha do tempo a seguir, uma cronologia significativa, em que os verbos "alimentar" e "florescer" reforçam o sentido da luta.



- 1985 O debate sobre a participação das mulheres no MSTTR ganhou peso no 4° Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que contou com 3% de participação das mulheres
- 1988 Na nova Constituição Federal, a mulher trabalhadora rural passou a ter direito à propriedade, a ter direito ao título de domínio e a concessão de uso da terra. independentemente de seu estado civil, além de passar a ter direito ao benefício da previdência (inclusive auxilio maternidade). tanto na área urbana como a rural
- 1989 As trabalhadoras rurais da CONTAG conquistaram a criação da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural
- 1990 A organização das mulheres do campo, das florestas e das águas foi ampliado para níveis municipais e estaduais
- 1998 O 7°
 Congresso Nacional dos Trabalhadores
 Rurais acrescentou um
 T de Trabalhadoras
 em sua sigla CNTTR, aprovou a política afirmativa de cota de no mínimo 30% de mulheres na executiva da CONTAG e teve a participação histórica de 42% de mulheres na delegação
- 2000 A Marcha das Margaridas contra a fome, a pobreza e a violência sexista reuniu mais de 20 mil mulheres e foi o marco do crescimento do protagonismo político das mulheres. Em 2003. o movimento reuniu 40 mil mulheres, em 2007 foram 70 mil e, nas edições de 2011, 2015 e 2019, mais de 100 mil mulheres participaram da Marcha
- 2013 –
 Conquistamos a
 aprovação da
 paridade que
 aconteceu no 11°
 Congresso de
 Trabalhadores e
 Trabalhadoras Rurais
- 2019 O MSTTR conseguiu manter o direito da mulher rural em se aposentar aos 55 anos de idade e para o homem 60 anos

Somos todas **Margaridas**

O movimento sindical abraça a grande Marcha das Margaridas, que reforça a representatividade feminina no dia a dia da luta, funciona como importante instrumento de articulação política e, sobretudo, dá voz a milhares de mulheres que atuam na preservação da vida, das famílias e da natureza

O QUE É A MARCHA DAS MARGARIDAS?

É uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas para conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena. A Marcha se constrói a partir de amplo processo formativo, de debate, ação política e mobilização, desenvolvido pelas mulheres desde suas comunidades, municípios e estados, até chegar às ruas da capital do País.

Coordenada pela CONTAG, suas 27 Federações e mais de 4 mil Sindicatos filiados, a Marcha das Margaridas se constrói em parceria com os movimentos de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais.

Desde o seu surgimento, no ano 2000, a Marcha vem se construindo como a maior e mais efetiva ação de luta das mulheres do campo, da floresta e das águas, contra a exploração, a dominação e todas as formas de violência e em favor de igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres.



OUEM SÃO AS MARGARIDAS?

São as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, que em marcha tecem suas experiências comuns de vida e luta.

Quando surgiram no espaço público, as Margaridas se afirmaram como trabalhadoras rurais. A partir da Marcha de 2007 passaram a se nomear "mulheres do campo e da floresta". Em 2015, a denominação "mulheres das águas" foi incluída, para afirmar a diversidade das mulheres rurais, como agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas no país.

Quem são as nossas **Margaridas**

Somos muitas em solo paranaense. Na lida diária, nas agroindústrias, na plantação, nos sindicatos, todas somos fundamentais para o crescimento do movimento sindical, para a valorização da agricultura familiar, para os cuidados com as famílias paranaenses. Cuidamos umas das outras e olhamos por todos, defendendo políticas públicas justas e os nossos direitos. Aqui, relacionamos margaridas que coordenam as nossas mulheres agricultoras familiares nos municípios, buscam novas participantes e seguem fortes nesta luta conjunta!



Helena Koop, de São João, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 1 -Sudoeste



Nelsi Bado, de Matelândia, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 2 -Oeste



Rozangela Correia Gil, de Altônia, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 3 -Noroeste/ Umuarama



Cleide Libarino da Silva, de Paraíso do Norte, liderança feminina na Regional 4 -Noroeste/ Paranavaí



Regina Lescio Barbato, de Moreira Sales, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 5 -Campo Mourão



Maria de Fátima de Carvalho, de Arapongas, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 6 -Norte



Neusa Mariano Gonçalves Silva, de Jaboti, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 7 -Norte Pioneiro



Adenilda Korchak, de Boa Ventura de São Roque, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 8 -Centro-Sul



Vera Lúcia Lemes, de Ortigueira, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 9 -Vale do Ivaí



Marli Catarina Vieira da Rocha, de Tijucas do Sul, é a Coordenadora de Mulheres da Regional 10 -Curitiba

Mulheres do campo que vão para a luta

Conheça a história de mulheres que transformaram suas vidas por meio de políticas públicas e mostram que o sonho de uma vida feliz e próspera no campo é possível

O CAMPO É MINHA ESCOLA

A jovem Meiriele Ramos da Silva, 20 anos, é de Boa Ventura de São Roque e viu sua vida mudar depois de participar de um curso de técnica em agroecologia na Casa Familiar Rural. Dentro do conceito de pedagogia de alternância, reco-

nhecendo a identidade e realidade do campo, onde o aluno passa uma semana aprendendo as matérias curriculares do ensino médio e outra semana colocando em prática o que aprendeu. Ela que ganhou terras do pai em regime de comodato, passou a exercitar a sucessão rural com inovação e informação. Seu projeto venceu o Prêmio Novos Rurais, do Instituto Souza Cruz, e ela recebeu R\$ 3.000, que investiu em cercas, lonas, estufa, mudas melhoradas reestruturando assim a propriedade. A menina que foi assentada da reforma agrária em Novo Paraíso, ajudava em casa na lavoura que mantinha com o pai, a mãe e dois irmãos, hoje sonha alto. "Sou mulher, sou do campo, recebi ensinamentos que nunca imaginei, aprendi a encontrar alternativas de renda dentro da minha atividade, a ir atrás de políticas públicas e hoje sei que posso construir o meu futuro", comenta.



EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Para Sandra Paula Bonetti, 34 anos, de São Jorge do Oeste, a educação e o sindicalismo foram seus pontos de mudança. "Meus pais sempre participaram da comunidade, de associações, cooperativas, eram sindicalizados desde que



me conheço por gente. Cresci nesse contexto, participando dessas ações, integrando grupos de jovens. Foi aí que resolvi estudar, cheguei a me afastar, mas entendi que a educação e o pertencimento promovido pelo movimento sindical eram os meus caminhos", diz ela, que integra a diretoria da Fetaep e, atualmente, é secretária de Meio Ambiente da Contag.

Quando entrou na faculdade de História, na Unioeste, entendeu o sindicalismo e o movimento sindical. Percebeu que queria chegar mais perto da sua realidade no campo e pensou em cursar Agronomia e Zootecnia, mas ainda eram teóricos demais na sua ótica. Voltou para a comunidade, assumiu a coordenação de jovens do município e descobriu a licenciatura de Educação do Campo,

na UTFPR de Dois Vizinhos. "Participei da turma piloto. O curso contemplava Agronomia e Zootecnia, mas com um viés mais voltado à agroecologia e à cooperativa. Eu finalmente me encontrei dentro do curso e do movimento sindical, entrei como bolsista e acompanhei as escolas do campo e as escolas familiares. Entendi que tudo começa pela educação. Existe uma Sandra antes da universidade e outra depois. A educação no campo me deu a sensação de pertencimento que eu buscava e por isso entendo que este é o um caminho importante para a emancipação e para a criação da identidade", conta.

AGROECOLOGIA É O CAMINHO

No começo dos anos 2000, a agricultora Inês Paladini, de Altônia, participou de alguns cursos sobre agroecologia e sobre os perigos dos defensivos usados nas plantações – tanto para a natureza quanto para a saúde das pessoas. Foi aí que ela passou a migrar suas plantações para o cultivo orgânico. Pimenta, pó de café, algumas ervas e casca de ovos passaram a fazer as vezes dos produtos químicos, sua terra ficou mais saudável e a produção até melhorou. Atualmente Inês cultiva flores, alimentos e ervas, muitas delas que usa nos atendimentos de saúde que faz na igreja do município.



"Eu sempre fui atrás de novidades, no Sindicato me uni às mulheres, que me chamavam para as assembleias, reuniões, no Paraná e em Brasília, estou participando da edição Estadual da Enfoc Mulheres e Jovens. E sempre que participo das ações sindicais, procuro levar minha experiência e transmitir às mulheres a importância de uma vida livre de agrotóxicos. Está nas mãos das mulheres o cuidado, a preservação da natureza e da família", comenta ela, que participou da formação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) da Contag. Quando perguntada se trocaria o campo pela cidade, responde rápido: "Nunca. Pelo contrário, quero trazer mais gente pra cá!", brinca.

NEGÓCIO DE FAMÍLIA

A infância de Diane Jussara Zimmermann, 40 anos, de Capitão Leônidas Marques, foi em meio aos tachos de melado da pequena fábrica da família. A doce vida na produção da agroindústria Biase ditou sua rotina até Diane se casar, em 2000. Ela saiu de casa e do negócio. Dez anos depois, o pai resolveu parar e passar a colher para os filhos. Diane, o marido e os filhos resolveram voltar para a lida.

"Meu pai sempre falava do sonho da empresa, não queria perder marca que já estava há 38 anos no mercado. Ele sempre nos falava da importância desse patrimônio. Eu trabalhava em outro lugar e um dia pedi um conselho à minha ex-patroa. Ela foi mostrando que aí estava o meu futuro! Pedi a conta e assumi

tudo. Hoje eu cuido mais da parte financeira, o marido das vendas e os filhos na produção, mas todos podem cobrir uns aos outros", explica.



Pronaf Mulher

A inclusão de mulheres no processo produtivo incrementa o empreendedorismo feminino, gera renda, amplia a autonomia e o protagonismo da mulher nas propriedades rurais. Esta linha cobre investimentos em atividades agropecuárias e não-agropecuárias, como artesanato, turismo rural, e produção de alimentos processados (biscoitos, geleias, queijos). Mesmo com características próprias, o Pronaf Mulher tem as mesmas condições das outras linhas do Pronaf, com relação a taxas de juros e limites de crédito.

Às vezes, seus métodos e modernidades são questionadas pelo pai, mas ela vai mostrando o seu estilo à frente dos negócios. "Sou mulher, fico agradecida por ter esta oportunidade, mas sei das minhas responsabilidades. Aprendi muito sozinha, só tenho o segundo grau – meu pai foi só até a quarta série. Quero evoluir. Para mim, é uma vitória ter uma família, estar com ela e tocar um negócio nosso. Sei que dou conta, que tenho valor, talento e muita força", diz ela, que sempre se aconselha no STTR do município e com o presidente de lá, o Cláudio Zeni, que a estimula a incrementar o negócio. "Nós já fomos para Curitiba na AgriFamiliar, fomos para a feira da agroindústria familiar no ShowRural em Cascavel. Sempre estamos buscando oportunidades para melhorar a fábrica, por meio de investimentos, novos pontos de venda e formas de gestão."

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA OUISER

Desde o tempo em que cruzava quatro quilômetros por um cafezal para ir à escola, Izolina de Fátima Messias Vertuan, 58 anos, de Itambé, entendeu que o seu esforço a levaria onde quisesse. Mas sempre acompanhado de esperteza,

afinal, se optasse pelo caminho tradicional, teria outros dois ou três quilômetros pela frente. A vida a ensinou a ter empenho e boas ideias. Quando casou com Sérgio, por exemplo, o acompanhou na colheita de café, mas a intuição a fez apostar numa proposta de trabalho em uma chácara em Doutor Camargo. "Eu disse vamos. Meu marido ficou com receio, mas em 15 dias mudamos. Foi muito bom. Ficamos por três anos e só voltamos porque minha sogra ficou

A vida deu outro empurrão e Izolina não demorou a descobrir novos rumos, agora, nas feiras em Maringá. Nesta época já eram filiados ao STTR do município e começou a se envolver nos eventos das mulheres. "Quando fui convidada, figuei louca para ir, mas pergun-

doente", lembra.

tei ao meu marido para ver o que ele achava. Eu já tinha a minha resposta, o meu desejo, ele apenas confirmou o que eu já sabia", brinca. Izolina nunca foi mulher de ficar quieta ou de esperar pela decisão dos outros.

Assim como aderiu ao movimento sindical, divide as rédeas dos negócios com o marido, toca suas vendas de pamonha em feiras, decide os financiamentos,



construiu uma estufa para produzir seus morangos orgânicos, melhorou a casa e compartilha com a família uma vida feliz, próspera e, sobretudo, com um importante sentimento de pertencimento e de poder de escolha. "Lugar de mulher é onde ela quer, não é? Então, estou dentro. É preciso ter coragem de lutar pelo que a gente quer", comenta ela, enquanto chama outras mulheres (e os homens) a também exercitarem o empoderamento.

DE OLHO NOS DIREITOS

Cesaltina Almeida Barandas, 76 anos, veio de São Paulo criança e mora em São Jorge do Ivaí. Há 50 anos, mais precisamente, na mesma casa, com o marido Agostinho.



Compras governamentais

- A Lei 16.751/2010 institui o aumento gradativo da alimentação escolar orgânica até chegar em 100% em 2030 e o Decreto Estadual 4.211/2020 realiza sua regulamentação;
- As Compras Governamentais aumentaram o poder de negociação dos agricultores e agricultoras familiares frente as outras oportunidades de mercado como feiras locais e atravessadores;
- O Edital de chamada pública poderá classificar as propostas segundo critérios de priorização para: agricultores familiares do município; grupos de mulheres organizadas em associações ou cooperativas; produção agroecológica ou orgânica; comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas; assentamentos da reforma agrária. (Os grupos prioritários poderão mudar, atenção sempre aos grupos priorizados em cada edital vigente.)
- O encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todos o Brasil.
- Na maioria das propriedades, as mulheres são as principais responsáveis pelo processamento da produção, transformando o alimento in natura, agregando maior valor à produção.

Os dois construíram juntos a vida na roça e de lá não pensam em sair. "Criamos nossas filhas, temos nossos netos, nossa casa, nosso trabalho. O campo é o nosso lar", comenta ela, dizendo que eles ainda mantêm o cultivo de milho e soja.

Segundo Cesaltina, desde que o casal se aproximou do STTR, as coisas melhoraram. Antes, eles trabalhavam, mas não tinham noção dos direitos. "Quando conhecemos o seu Antonio Casagrande (presidente do sindicato), ele foi nos explicando e nos ajudou a ter acesso a muita coisa, como a aposentadoria", comenta.

"Quando chegou o tempo de a gente se aposentar, Seu Antonio já nos procurou, trouxe os documentos, foi tudo muito fácil. Eu escutava outras pessoas falando que o processo foi complicado, então nem imaginava que poderia contar com o beneficio", diz.

A experiência foi tão boa, que eles acabaram se envolvendo ainda mais com as atividades do sindicato e, a quem quiser um conselho, avisam pra abrir os olhos para os direitos! "Temos muita gente boa lutando pelos nossos direitos. Nosso papel é estar atento e apoiar o movimento."

Previdência Rural

Em 2019, o MSTTR conseguiu manter o direito da mulher rural em se aposentar aos 55 anos de idade e para o homem 60 anos.

Benefício para a pessoa que comprove: o mínimo de 180 meses trabalhados na atividade rural; e a idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres.

Empregados, contribuintes individuais e trabalhadores avulsos rurais também têm direito à aposentadoria com diminuição de idade, desde que tenham trabalhado todo o tempo na condição de trabalhador rural. Caso não comprovem o tempo mínimo de trabalho necessário apenas como segurado especial, o trabalhador pode somar o tempo de trabalho urbano e pedir o benefício quando alcançar os 60 anos, se for mulher, e os 65 anos, se for homem. Para mais informações, procure o STTR do seu município.

E agora, companheiras?



O nosso desafio como mulheres do movimento sindical se soma aos desafios que, como agricultoras familiares, enfrentamos no nosso cotidiano. Nós, mulheres da agricultura familiar, atuamos na produção de alimentos, no resgate e conservação das sementes, temos um papel fundamental para a sustentabilidade da vida e para a segurança alimentar e nutricional deste país. No entanto, vivemos as piores condições de acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica. Além de muitas de nós vivenciarmos diversas situações de violência.

Apesar da importância do nosso trabalho para a produção e reprodução da vida, ele ainda é silencioso e invisível. Foi diante dessa constatação que nos organizamos, ainda nos anos 1980, para reivindicar o nosso direito à sindicalização e aos direitos sociais. Hoje, a expressão maior deste nosso processo de auto-

organização é sem dúvida a Marcha das Margaridas.

Contudo, apesar de termos avançado em nosso histórico de luta e organização e de termos obtidos muitas conquistas, ainda nos defrontamos com as desigualdades de gênero em nossa vida cotidiana seja na agricultura familiar, seja no espaço sindical.

Por isso, não podemos parar de marchar e em 2023 estaremos novamente ocupando as ruas de Brasília. E esta Marcha se revestirá de uma grande importância, primeiro pelo momento político em que ela ocorrerá e, depois, porque ela nos fortalece para enfrentar dois grandes desafios.

Um deles é (re)conquistar direitos e pautar políticas públicas que valorize o nosso trabalho como agricultoras familiares e reconheça a importância dele para a produção de alimentos, que reconheça que temos direito à saúde, a educação, a cultura, ao lazer, a uma renda e uma aposentadoria digna. E isso é muito valoroso, principalmente, se levarmos em conta que nos últimos anos vivemos tempos duros, de ataques brutais aos direitos, de desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar, além de termos enfrentado uma pandemia.

O outro grande desafio é potencializar nossa organização como mulheres dentro do movimento sindical, para ampliar a nossa representatividade como agricultoras familiares. Nesse sentido, precisamos apontar estratégias para implementação da paridade entre homens e mulheres no MSTTR, afinal, somos uma força política significativa, não apenas pela nossa importância para a sustentabilidade político-financeira do movimento, mas também pelo poder de mobilização e inserção na base sindical.

Portanto, o nosso desafio imediato, entre tantos outros, é construir uma grandiosa Marcha das Margaridas para fortalecer a nossa representatividade no movimento sindical, mostrar para a sociedade a nossa disposição em reconstruir o Brasil e uma sociedade do bem viver.











- (41) 99986-0955
- (41) 3149-9200 / (41) 3322-8711
- @ fetaep@fetaep.org.br
- f @fetaep
- ofetaep

www.fetaep.org.br